



RESUMOS APROVADOS

Prezados (as) autores (as), segue abaixo a relação com os resumos aprovados, os quais receberam um código de três dígitos, que será utilizado para a avaliação durante a comunicação oral.

As apresentações dos resumos serão realizadas no dia 16 de maio de 2019, das 13h30 às 15h30 nas salas da FCAP/UPE, em Recife - PE, pela ordem estabelecida no cronograma a ser divulgado.

Oportuno lembrá-los que as apresentações serão de até 15 minutos, e na ocasião, somente será fornecida lousa branca, pincel (pilot) e pagador. (Não será oferecido data-show ou qualquer outro multimídia).

GT 1	
CÓDIGO	RESUMO
001	TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO NO BRASIL: violação de direitos fundamentais à luz da teoria crítica
002	A CONTRIBUIÇÃO DA JUSTIÇA DO TRABALHO PARA A PROMOÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ENFRENTAMENTO A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER
003	A CRISE DO SINDICALISMO ATUAL. Articulação dos movimentos de natureza propriamente sindical e os demais movimentos libertários de natureza emancipatória.
004	ADMIRÁVEL ESCRAVO NOVO: o novo mundo do trabalho e a escravidão digital
005	OS INDOCUMENTADOS: uma possível negativa de direitos
006	REFORMA TRABALHISTA: Perspectivas e Antagonismos na Estrutura Sindical
007	A LIBERDADE QUE APRISIONA – Metamorfoses na vida privada, internet e a relação de trabalho.
008	A PREVALÊNCIA DO NEGOCIADO SOBRE O LEGISLADO NAS RELAÇÕES EMPREGATÍCIAS DE TRABALHO INSALUBRE E AS NOVAS REGRAS TRAZIDAS PELA REFORMA TRABALHISTA ACERCA DA PREVISÃO DE AUMENTO DA JORNADA DE TRABALHO: A NECESSIDADE DE MUDANÇA LEGISLATIVA EM DEFESA DA SAÚDE DO TRABALHADOR.
009	A SOCIEDADE DO DESEMPENHO E A REALIDADE DAS DOENÇAS NO AMBIENTE DE TRABALHO: quando o lucro fala mais alto
010	TEORIA CRÍTICA E IMAGINÁRIO JURÍDICO DOS DIREITOS HUMANOS: obstáculo de acesso ao trabalho digno
011	MULHERES BRASILEIRAS TRAFICADAS PARA A EXPLORAÇÃO SEXUAL NA ESPANHA: a exclusão pelo biopoder do Judiciário espanhol

I Colóquio Internacional Brasil-México:

Crítica ao desenvolvimento - respeito ao meio ambiente, solidariedade e inclusão social



012	QUEM FEZ MINHA ROUPA? Análise da condição de trabalho das costureiras em indústrias de confecção do Recife e região metropolitana
013	TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO: a situação trabalhista da população migratória no Brasil
014	TRÁFICO INTERNACIONAL DE PESSOAS NO BRASIL E NO MÉXICO: uma análise sob a ótica internacional e legislativa desses países com base na crise migratória mundial
015	“DE REPENTE O AFRICANO ESTÁ NO PAÍS NOVAMENTE”, IMIGRANTES NEGROS: uma análise à luz da Escola de Chicago
016	QUANDO SER EXPLORADO É O QUE RESTA: uma análise da proposta de campanha da carteira de trabalho verde e amarela
017	A MÃO QUE BALANÇA O BERÇO: uma perspectiva crítica do art. 394-A da CLT
GT 2	
CÓDIGO	RESUMO
018	A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988 COMO MARCO CONTRA A DISCRIMINAÇÃO DA FAMÍLIA
019	A PRISÃO DE RENNAN DA PENHA SOB A ÓTICA DA TEORIA DA SUBCULTURA DO DELINQUENTE
020	A TRAJETÓRIA DOS DIREITOS DA CÔNJUGE
021	DIREITOS HUMANOS NA FAMÍLIA
022	O HABEAS CORPUS 143.641 E AS MULHERES ENCARCERADAS: um estudo criminológico sob a perspectiva da teoria do etiquetamento e do interacionismo simbólico
023	O RACISMO INSTITUCIONAL BRASILEIRO DENTRO DAS TEORIAS DO ETIQUETAMENTO SOCIAL E DO DIREITO PENAL DO INIMIGO
024	O RECONHECIMENTO AO DIREITO FUNDAMENTAL À NÃO IDENTIFICAÇÃO DO GÊNERO NO REGISTRO DE NASCIMENTO
025	PLANEJAMENTO FAMILIAR E O PRINCÍPIO DA RESPONSABILIDADE PARENTAL: um paradoxo entre a livre organização familiar e a não intervenção estatal quando tais princípios trazem consequências a toda sociedade
026	REPRESSÃO AO MOVIMENTO DO “PASSINHO” NO RECIFE: um diálogo entre as escolas criminológicas
027	A DESPATRIARCALIZAÇÃO DO DIREITO DE FAMÍLIA COMO CONSEQUÊNCIA DA APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA SOLIDARIEDADE
028	UNIÃO HOMOAFETIVA: os desafios à concretização do princípio da igualdade
029	A (IN) EXISTÊNCIA DE CRISE NA FAMÍLIA BRASILEIRA
030	A REPRESENTAÇÃO CRIMINOLÓGICA DA MULHER PROSTITUTA E O DIREITO BRASILEIRO COMO POSSÍVEL GARANTIDOR DA SUA LIBERDADE SEXUAL E PROFISSIONAL



031	ADOÇÃO HOMOAFETIVA E O GÊNERO DOS FILHOS ADOTADOS: uma análise do julgamento RE 846.102 à luz da Constituição Federal
032	A DESJUDICIALIZAÇÃO DA ALTERAÇÃO DO NOME E DO GÊNERO NO REGISTRO CIVIL DA PESSOA TRANSGÊNERO: Uma análise sobre os dados cartorários da cidade do Recife/PE
033	A FLUIDEZ DO GÊNERO E A INCOMPATIBILIDADE COM O MODELO SEXUAL BINÁRIO: o reconhecimento do direito fundamental a não identificação do sexo biológico no registro de nascimento
034	O NATURALISMO LITERÁRIO E A CRIMINALIDADE NO BRASIL EM “O CORTIÇO” DE ALUÍSIO DE AZEVEDO
035	REFLEXOS DOS ESTEREÓTIPOS DE GÊNERO NO DIREITO DE FAMÍLIA: os aspectos legais e a aplicação prática dos papéis parentais
036	A (DES) HUMANIZAÇÃO DO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO E A EDUCAÇÃO COMO FERRAMENTA NECESSÁRIA À RESSOCIALIZAÇÃO DOS DETENTOS
037	O CONHECIMENTO QUE EMERGE DAS LUTAS SOCIAIS: uma análise acerca do movimento negro enquanto agente educador
038	O PLANO INDIVIDUAL DE ATENDIMENTO (PIA) NA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE SEMILIBERDADE: Um caminho de legitimação aos Direitos Humanos
039	A INTERSECCIONALIDADE DAS CATEGORIAS NO ESTUDO DO ATO INFRACIONAL
040	ANÁLISE DO CONCEITO DE GÊNERO NOS LIVROS DIDÁTICOS DE BIOLOGIA APROVADOS PELO PLANO NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO 2018 (PNLD/2018).
041	DISCURSOS DE SUJEITOS-AGRESSORES E MINORIAS SOCIAIS: uma análise a partir de publicações virtuais no facebook
042	ENCOBRIMENTO DA MEMÓRIA ANCESTRAL INDÍGENA: uma análise acerca da inconstitucionalidade do marco temporal da ocupação
043	GRUPOS OPRIMIDOS DA SOCIEDADE BRASILEIRA: A invisibilidade da realidade carcerária feminina e a possível quebra desse paradigma
044	POLÍTICAS PÚBLICAS EM DIREITO À SAÚDE NO SISTEMA PENITENCIÁRIO FEMININO: análise do Centro de Reeducação Feminino Maria Júlia Maranhão/PB
045	POVOS DA RESISTÊNCIA: a luta dos Povos Indígenas pela demarcação de suas terras
046	O ENSINO BÁSICO BRASILEIRO E A PERDURAÇÃO DO RACISMO ESTRUTURAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL: O racismo nas instituições familiares, religiosas e ensinos infantis
047	RACISMO INSTITUCIONAL NAS ABORDAGENS POLICIAIS



048	O ELEMENTO FEMININO DO AMBIENTE CARCERÁRIO: Estado, conflito, minorias sociais e exclusão
GT 3	
CÓDIGO	RESUMO
049	O IMPACTO DO DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL NO MEIO AMBIENTE: análise da tragédia de Brumadinho
050	O MEIO AMBIENTE COMO SUJEITO DE DIREITOS: uma perspectiva baseada nas epistemologias do sul
051	TEORIA CRÍTICA E POLÍTICAS PÚBLICAS NA FLORESTA AMAZÔNICA: uma análise
GT 4	
CÓDIGO	RESUMO
052	ENTRE O AUTORITARISMO E A INDEPENDÊNCIA JUDICIAL: uma análise crítica da teoria da separação dos poderes através da experiência do Tribunal Supremo de Justiça da Venezuela
053	ESTADO DE COISAS INCONSTITUCIONAL E O COMPROMISSO SIGNIFICATIVO: como a adoção pelo Brasil deste modelo de decisão poderá harmonizar a aplicação da Teoria da Separação dos Poderes
054	HIPERPRESIDENCIALISMO E RELAÇÃO EXECUTIVO-LEGISLATIVO NO EQUADOR: UMA ANÁLISE DO CASO DE DESTITUIÇÃO DE DEPUTADOS EQUATORIANOS OPOSICIONISTAS EM 2007
055	O DIREITO FUNDAMENTAL DO CONSUMIDOR NO PLANO SUBNACIONAL: UMA ANÁLISE DO SISTEMA FEDERATIVO À LUZ DA TEORIA DA SEPARAÇÃO DOS PODERES
056	O ESTADO BURGUEZ E O PATRIARCALISMO NA AMÉRICA LATINA: uma análise comparativa entre a oposição de Cristina Kirchner e Dilma Rousseff
057	A (FUTURA) JUDICIALIZAÇÃO DA REFORMA PREVIDENCIÁRIA NO STF
058	CONCRETIZAÇÃO DE GARANTIAS OU INTERVENÇÃO INDEVIDA? A ATUAÇÃO JUDICIAL NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
059	DISCRICIONARIEDADE ADMINISTRATIVA X DIREITO À CIDADE: O Controle Judicial da Função Social da Propriedade no Supremo Tribunal Federal
060	POLÍTICA FISCAL (EC 86/15) NAS CORTES: o poder de reforma constitucional no Supremo Tribunal Federal
061	REFLEXÕES SOBRE AS COMPETÊNCIAS CONSTITUCIONAIS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (STF) À LUZ DOS PRINCÍPIOS DA TEORIA DA SEPARAÇÃO DOS PODERES
062	TRAIÇÃO E FIDELIDADE NA INTERPRETAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO: o problema das mutações (in)constitucionais.
063	POLITIZAÇÃO DA JUSTIÇA E RISCOS À DEMOCRACIA

I Colóquio Internacional Brasil-México:

Crítica ao desenvolvimento - respeito ao meio ambiente, solidariedade e inclusão social



064	A JUDICIALIZAÇÃO DO DIREITO À EDUCAÇÃO NÃO DISCRIMINATÓRIA RACIAL: O litígio estratégico como mecanismo de visibilidade
GT 5	
CÓDIGO	RESUMO
065	A PROTEÇÃO INTERAMERICANA DO DIREITO À SAÚDE: ascensão ao transconstitucionalismo?
066	CONTROLE JUDICIAL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS: a exclusão do direito fundamental à saúde
067	A DEMORA DO PROCESSO DE TITULAÇÃO DOS TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS: um obstáculo à afirmação da identidade dos remanescentes das comunidades de quilombos
068	A EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS DA POPULAÇÃO TRANS: O direito à saúde no Estado de Pernambuco
069	CONSTITUIÇÃO DIRIGENTE, JUSTICIABILIDADE DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS SOCIAIS E INOPERÂNCIA ESTATAL: reflexões e apontamentos
070	NOVOS MODOS DE VIDA NA COMUNIDADE ALTO JOSÉ DO PINHO: reflexões sobre Bem Viver e Neoconstitucionalismo
071	DA SUBSERVIÊNCIA SIMBÓLICA AO “ADONAMENTO” DE SI MESMA: o novo constitucionalismo latino americano permutando a ótica constitucional antropocêntrica
072	QUAL DEMOCRACIA PARA QUE DIREITOS HUMANOS?
073	NORBERTO BOBBIO: os Direitos Humanos como conteúdo valorativo da democracia
GT 6	
CÓDIGO	RESUMO
074	A ASSOCIAÇÃO PEIXE-BOI DE TATUAMUNHA/ALAGOAS: perspectivas de uma experiência de turismo sustentável
075	GESTÃO DEMOCRÁTICA DAS AÇÕES PÚBLICAS NO COMBATE DA VIOLÊNCIA URBANA E DESIGUALDADE SOCIAL: o caso do COMPAZ no Recife
076	O PODER QUE EMANA DO POVO: ANÁLISE DA DEMOCRACIA PARTICIPATIVA DIANTE DA REALIDADE DA SOCIEDADE BRASILEIRA: participação popular e controle social, políticas públicas e meio ambiente
077	UMA ANÁLISE DA CRISE SOCIOAMBIENTAL E DA INEFICÁCIA DAS LEIS AMBIENTAIS BRASILEIRAS
078	AS TEMPORALIDADES DA TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO NO BRASIL: 12 anos de impactos socioambientais
GT 7	
CÓDIGO	RESUMO
079	CRISE NO DESENVOLVIMENTO – o papel da função social da empresa na falência e recuperação judicial
080	FRAUDE CONTRA CREDORES FUTUROS SOB A ÓPTICA DA FUNÇÃO SOCIAL DA EMPRESA



GT 8	
CÓDIGO	RESUMO
081	A (IN)EXISTÊNCIA DO PRINCÍPIO DA OBRIGATORIEDADE DA AÇÃO PENAL PÚBLICA E O ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL
082	JUSTIÇA NEGOCIADA NO PROCESSO PENAL: o acordo de não persecução penal a partir da Resolução 181/2017 do Conselho Nacional do Ministério Público
083	O ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO: apontamentos criminodogmático sobre a justiça negociada
GT 9	
CÓDIGO	RESUMO
084	DIREITOS SOCIAIS NO STF: fundamentos da judicialização da saúde nos REXT's 566.471/RN e 657.718/MG.
GT 10	
CÓDIGO	RESUMO
085	UNIVERSIDADES CORPORATIVAS NO BRASIL E SUAS PRÁTICAS DIRECIONADAS À GESTÃO AMBIENTAL
086	AS INDAGAÇÕES SOBRE A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E A OMISSÃO LEGISLATIVA BRASILEIRA: uma análise à luz da teoria crítica
GT 11	
CÓDIGO	RESUMO
087	CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA JURÍDICA PARA OS CASOS DE DIREITO DE FAMÍLIA
088	INTERVENÇÃO ESTATAL NO DIREITO DE FAMÍLIA: crítica à limitação da autonomia do idoso na escolha do regime de bens
089	PRINCÍPIO DO MELHOR INTERESSE DO MENOR: contribuições para a reflexão crítica sobre o processo de adoção
090	ESTERILIZAÇÃO HUMANA VOLUNTÁRIA NO BRASIL: A Inconstitucionalidade Do Artigo 10, I E § 5, Da Lei N° 9263/96
091	FAMÍLIA HOMOAFETIVA E ADOÇÃO CONJUNTA
092	PSICOLOGIA E AÇÃO POLÍTICA: implicações da <i>práxis</i> psicológica na contemporaneidade
093	A FAMÍLIA COMO UM DOS PILARES PARA A CONSTRUÇÃO DOS DIREITOS INTERSEXUAIS NO BRASIL
094	LICENÇA NATALIDADE NAS RELAÇÕES LGBTI
095	FAMÍLIAS MULTIPARENTAIS: uma análise das consequências jurídicas no Direito das Sucessões a partir da tese de multiparentalidade acolhida pela Suprema Corte
096	COMO AS MÚSICAS ATUAIS FEREM À DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA: um estudo do 6º. ao 9º ano de uma escola municipal de Garanhuns-PE
097	NOTAS SOBRE CONSTELAÇÃO FAMILIAR E MÉTODOS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS

I Colóquio Internacional Brasil-México:

Crítica ao desenvolvimento - respeito ao meio ambiente, solidariedade e inclusão social

